



O Sistema da Dívida nos Estados e Municípios

Maria Lucia Fattorelli

UNALE

Brasília, 10 de março de 2014

“Sistema da Dívida”

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário:
Setor financeiro



“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia



Dominação financeira e graves consequências sociais

SISTEMA DA DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

- **Endividamento sem contrapartida: mecanismos financeiros**
- **Refinanciamento pela União Lei 9.496/97: Pacote**
 - Plano de Ajuste Fiscal
 - Privatizações do patrimônio dos estados
 - Assunção de dívidas de bancos – PROES
- **Endividamento com Banco Mundial e bancos privados internacionais para pagar à União**
- **Fraudes**
- **SACRIFÍCIO SOCIAL**

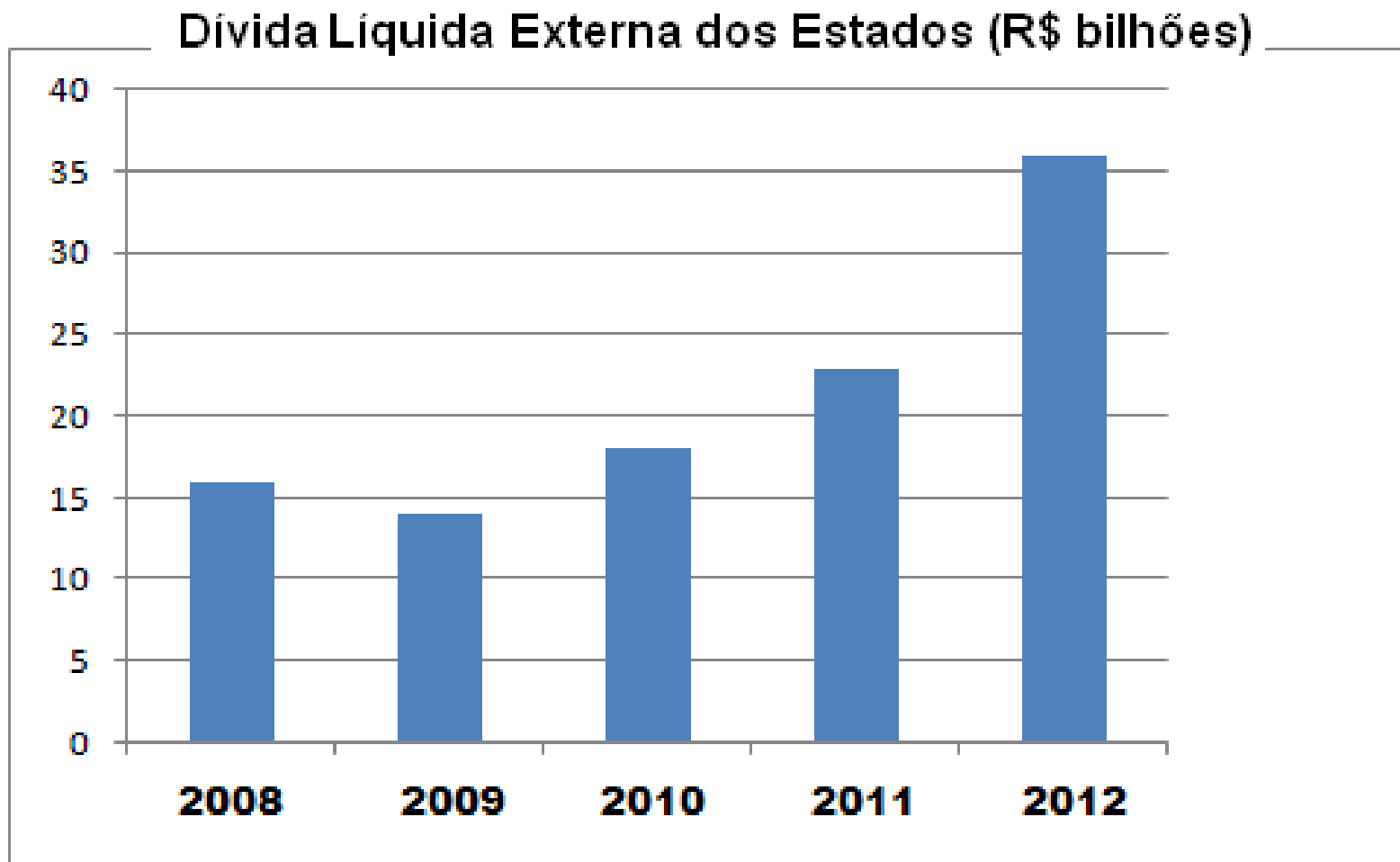


RESUMO – Dívida dos Estados

VALOR TOTAL REFINANCIADO (RETIFICADO)	R\$ 113,18 bilhões
Amortizações Pagas (1997 a 2011)	R\$ 55,21 bilhões
Juros Pagos (1998 a 2011)	R\$ 120,98 bilhões
Saldo em 31/12/2011	R\$ 369,36 bilhões

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

Crescimento Acelerado da Dívida Externa dos Estados



Fonte: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>, Política Fiscal, Quadro XI-B, dados de dezembro de cada ano (2008 a 2012), pesquisados nos demonstrativos de janeiro de cada ano posterior (2009 a 2013).

Proposta do governo federal: PLP nº 238/2013

PLP 238	Críticas apresentadas pela Auditoria Cidadã da Dívida
A partir da aprovação do PL-238, a remuneração nominal cobrada pela União passaria a ser composta pelas seguinte parcelas: JUROS REAIS: "calculados e debitados mensalmente, à taxa de quatro por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado" ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: "calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA".	Manutenção do privilégio de atualização monetária mensal. Tal atualização é acumulada mês a mês ao estoque da dívida. Trata-se de ilegitimidade que vem sendo perpetuada desde o início dos acordos de refinanciamento, pois foi abolida a indexação automática no País. Remuneração proposta ainda é extorsiva, especialmente se comparada com as benesses concedidas pelo BNDES a empresas privadas, mediante contratos que cobram remuneração nominal fixa inferior a 6% ao ano (sem atualização monetária), ou apenas a TJLP (sem atualização monetária), que atualmente se encontra em 5% ao ano. Externamente, o governo empresta ao Estados Unidos a juros praticamente nulos.

Proposta do governo federal: PLP nº 238/2013

PLP 238	Críticas apresentadas pela Auditoria Cidadã da Dívida
O estoque das dívidas serão recalculadas desde a assinatura dos contratos com base na taxa Selic até 2012.	Embora reconheça a necessidade de rever o cálculo desde o início da vigência dos acordos de refinanciamento com a União, a proposta de aplicação da taxa Selic corresponde à cláusula onerosa prevista nos acordos celebrados, ou seja, era considerada uma penalidade na época da celebração dos referidos acordos.

Tal proposta deixa as dívidas da maioria dos estados e municípios praticamente inalteradas



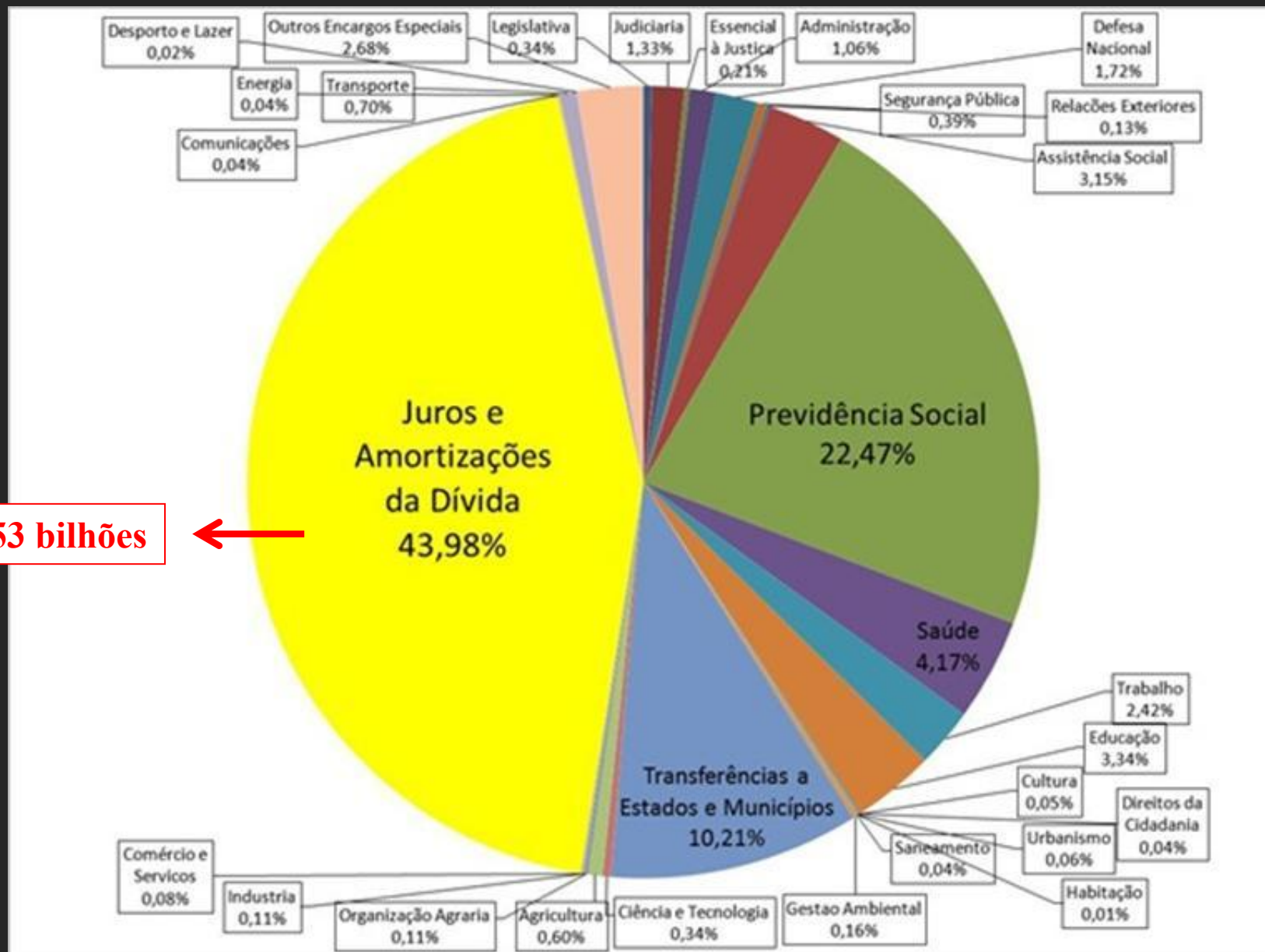
PARADOXO BRASIL

*Estamos muito
distantes do
Brasil que
Queremos*

- **7ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **3ª Pior distribuição de renda do mundo**
- **85º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH**
- **Penúltimo no ranking da Educação** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)
- **128º no ranking do crescimento econômico**

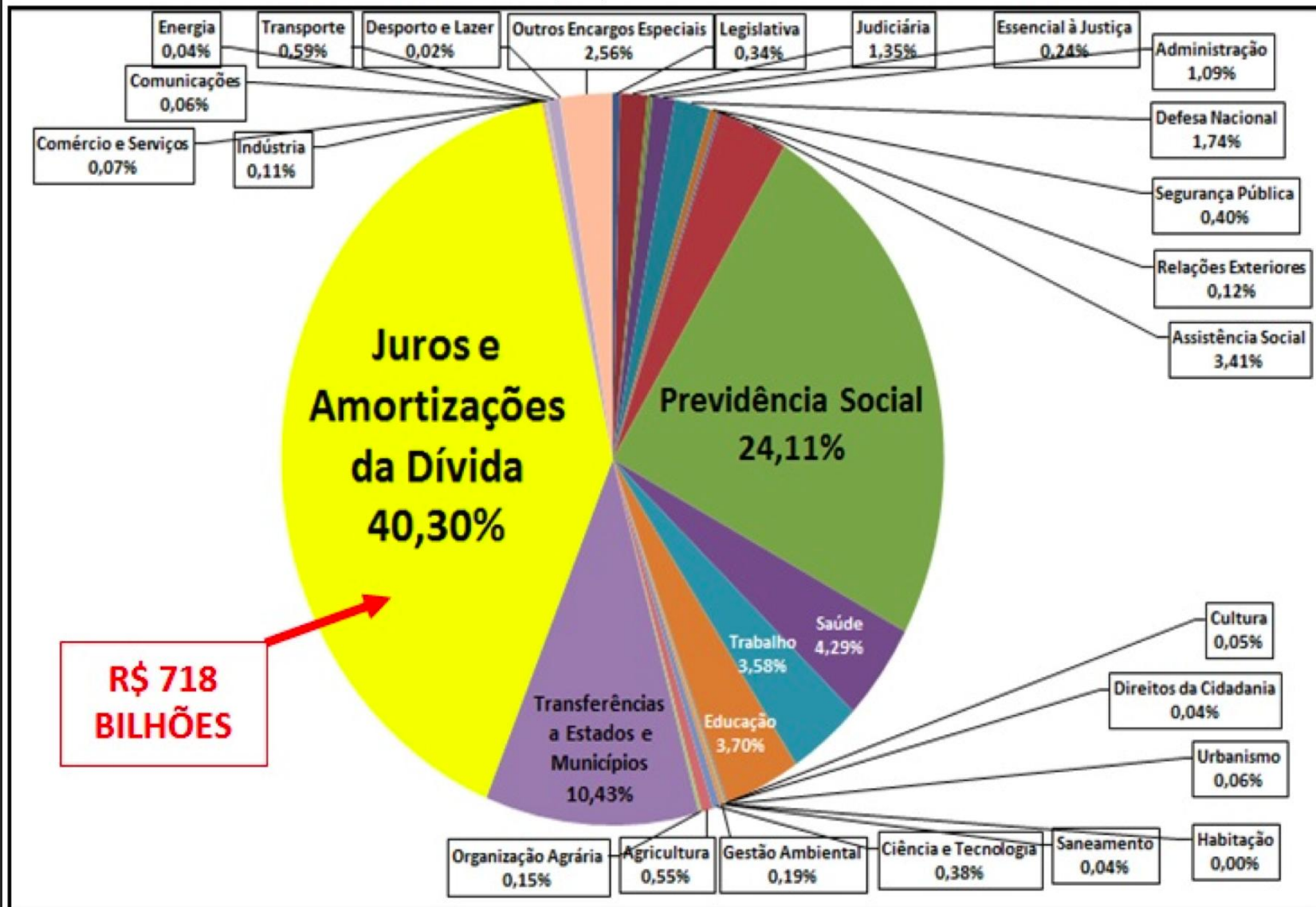
Orçamento Geral da União – Executado em 2012 – Total = R\$ 1,712 trilhão

R\$ 753 bilhões



Orçamento Geral da União Executado até 31/12/2013 por Função

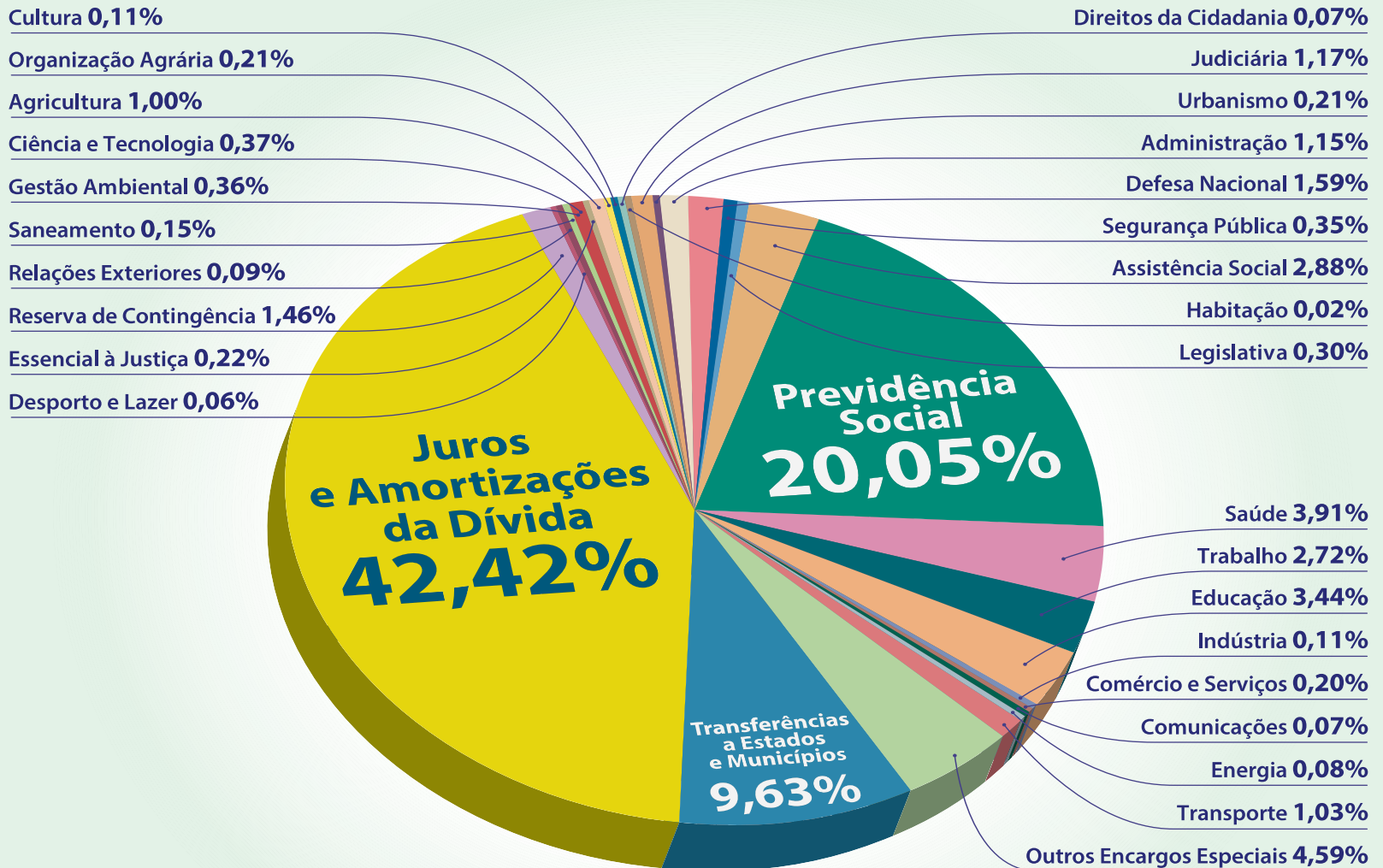
Total: R\$ 1,783 Trilhão



Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: Inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. Não inclui os restos a pagar de 2013, pagos em 2014.

Previsão do Orçamento Geral da União para 2014

Total: R\$ 2,361 trilhão



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Fonte: Projeto de Lei Orçamentária para 2014.

Observação: Foi considerado o "refinanciamento" ou "rolagem" da dívida, pois o governo contabiliza grande parte do pagamento de juros como "refinanciamento".

Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2014/Proposta/projeto/volume1/04_quadros_cons_desp.pdf, págs 91, 175 e 183.

**PREVISÃO
DE
GASTO
com a
DÍVIDA
em 2014:
R\$ 1,002
TRILHÃO**

CONJUNTURA BRASIL

Dívida absorvendo volumes crescentes de recursos

Orçamento de 2014: R\$ 1,002 TRILHÃO

Na falta de recursos para investimentos = País sendo leiloado
(Seminário no auditório do Goldman Sachs em NY)

★ PACOTE DE LEILÕES (Programa de Investimento em Logística – PIL)

★ Aeroportos

★ Portos

★ Rodovias

★ Ferrovias

★ Energia

★ Leilão de Libra

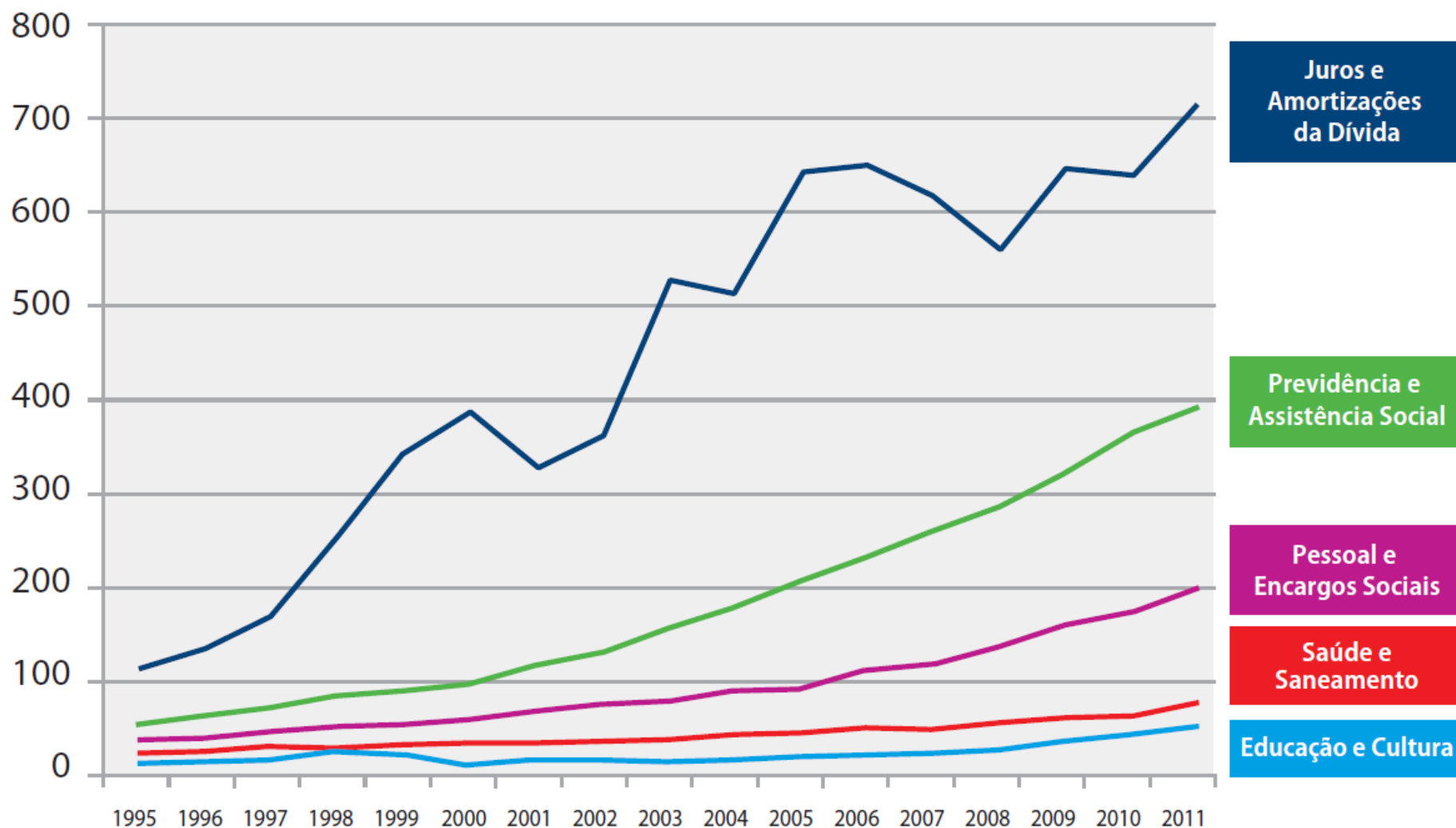
- Assistir vídeo da Presidenta Dilma em <http://www.sindipetro.org.br/w3/>

- Quem é Goldman Sachs:

<http://www.youtube.com/watch?v=eDNWitV5PBg&feature=youtu.be>



Orçamento Geral da União – Gastos Selecionados (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida, pois a CPI da Dívida constatou que boa parte dos juros são contabilizados como tal.

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida pública?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu tantos empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou desse endividamento?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a AUDITORIA responderá essas questões

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

EQUADOR – Lição de Soberania

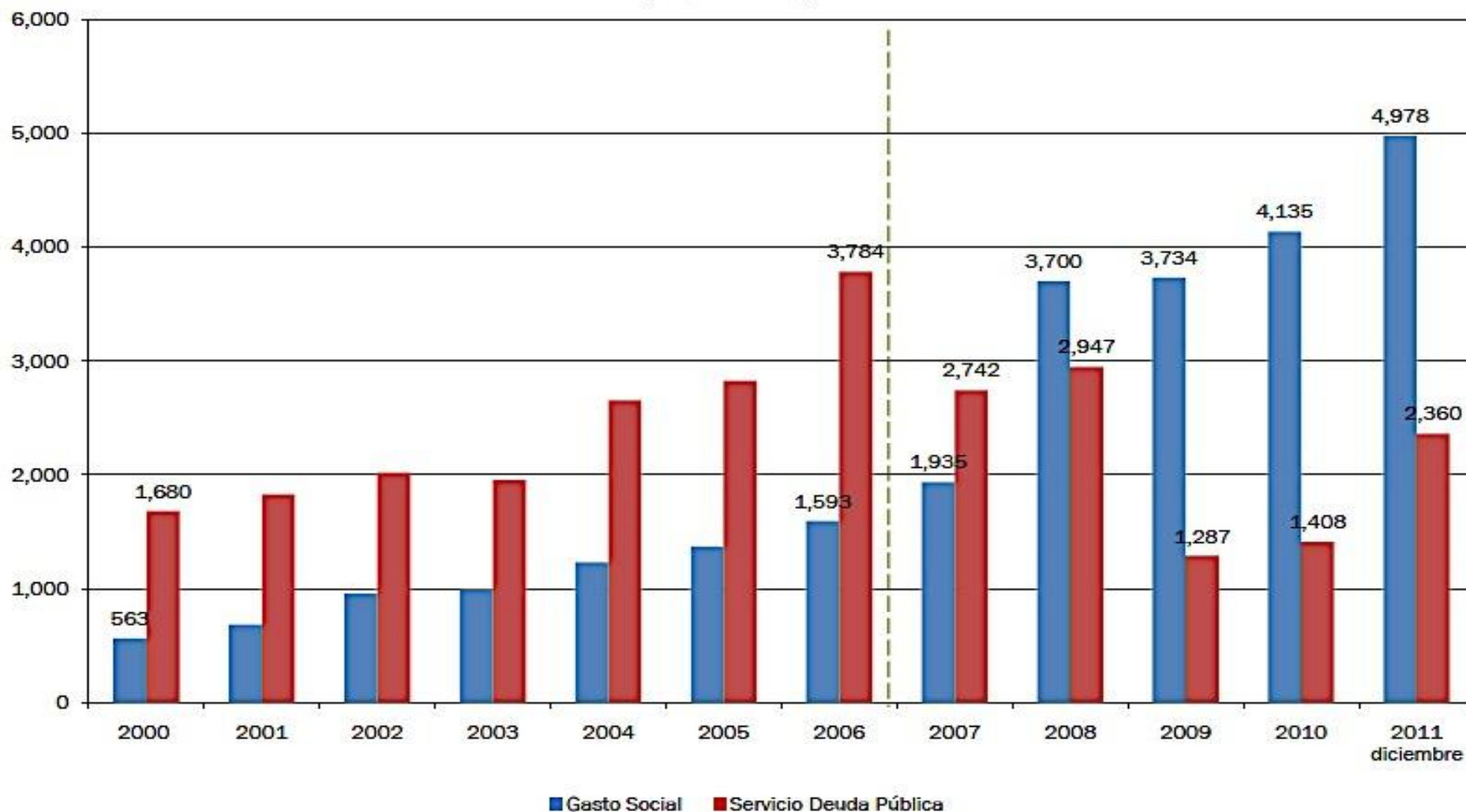
Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto

- **Em 2009:** Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

INVERSIÓN SOCIAL

Evolución Comparada con Respecto a la Deuda Pública

(US\$ millones)



El gasto social en el año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.

CONCLUSÃO

- PLP 238 é insuficiente
- É necessário auditar a dívida dos estados e municípios para desmascarar a atuação do “Sistema da Dívida”
- Rever a política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social
 - Atender Direitos Humanos
- TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE

Obrigada

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

<https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina>